

ASSUSTADORAMENTE NORMAIS. SOBRE A BANALIDADE DO MAL

*Terribly and terrifyingly normal.
About the banality of evil*

JOÃO EMANUEL DIOGO
joaoediogo@gmail.com
Universidade de Coimbra, CECH, IEF

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5324-6800>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_6

Texto recebido em / Text submitted on: 13/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série
pp. 135-161

RESUMO

Pensar a Segunda Grande Guerra Mundial implica pensar em dois tipos de guerra. A primeira pressupõe sobretudo a soberania do espaço exterior. No plano do segundo tipo de guerra, as necessidades eram outras e seria bem dentro dos limites do espaço conquistado ou mesmo do espaço alemão que tal guerra se tornaria eficaz. Estas guerras tinham dois objetivos distintos: por um lado, o imperialismo alemão queria o espaço; por outro, o antissemitismo, pretendia a eliminação física de populações específicas. O campo de concentração Auschwitz adquiriu uma capacidade simbólica, sendo considerado como o maior exemplo do mal moral, como o terramoto de Lisboa tinha sido exemplo do mal natural. Hitler e todos aqueles que participaram na Shoah eram pessoas comuns. Tinham as mesmas qualidades e defeitos que nós. E mais do que a inumanidade, o que está ali expresso é uma faceta da humanidade.

Palavras-chave: Banalidade do mal; Segunda guerra mundial; Auschwitz; Hannah Arendt.

ABSTRACT

Thinking about the Second World War implies thinking about two types of war. The former presupposes the sovereignty of outer space. In the second type of war, the needs were different, and it would be well within the limits of conquered space or even German space. These wars had two distinct objectives: on the one hand, German imperialism wanted space; on the other, anti-Semitism, sought the physical elimination of specific populations. The Auschwitz concentration camp is a symbolic example of moral evil. As the Lisbon earthquake had been an example of natural evil. Hitler and all those who participated in the Shoah were ordinary people. They had the same qualities and defects as us. And more than inhumanity, what we can express is a facet of humanity.

Keywords: Banality of evil; World War II; Auschwitz; Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 50 do século XX que as reflexões e investigações sobre a II.^a Grande Guerra têm procurado demonstrar que, ao contrário de algumas reflexões mais apressadas, o que se passou de violência, genocídio, não tem características inumanas (que atirariam os seus perpetradores para uma categoria ontológica diferente), mas antes se podem caracterizar num espaço completamente humano. Acresce ainda que este completamente humano não se constitui com um *super-homem*, social e pessoalmente valorizado, antes deriva de pessoas normais, que em contextos diferentes praticariam diferentes ações.

Neste texto, naturalmente breve e por isso sem nenhum carácter exaustivo, procuraremos pensar *Auschwitz* como simbólica do mal, a partir das histórias pessoais de alguns desses homens banais, e suscitando o pensamento de Arendt para sublinhar o carácter humano das suas ações. Paradoxalmente, encontramos nas ações dos nazis, como Arendt nos faz compreender, a premissa inversa, isto é, todas as tentativas para sublinhar que os *não arianos* não são homens.

1. UMA SIMBÓLICA DO MAL: AUSCHWITZ

Seremos capazes de encontrar em nós mesmos a coragem suficiente para refletir sobre o que a nossa gente sentia, o que sofria durante os seus últimos momentos naquelas câmaras?

(Groszeman, 2007: 367)

Quando pensamos o mal hoje já não se trata de uma análise derivada de *Shoah* e dos campos de concentração, esse símbolo do século XX. Há, obviamente, grandes linhas de pensamento que derivam claramente do pensamento sobre Auschwitz e são hoje clássicos de uma compreensão do mal. A geração que viveu a 2.^a Grande Guerra Mundial parece nem ter tido tempo para perceber o que estava a acontecer. Por isso, desvelou-se numa série de tentativas de compreensão posteriores muitas vezes solitárias. Verdade seja dita que quem não experienciou não se encontrava muito receptivo para escutar (Vasseur, 2008).

Passados mais de 70 anos, a nossa compreensão da história é influenciada por essas reflexões, ao ponto de proclamarmos ainda “a enorme dificuldade de pensar Deus [(Jonas, 1994)], de falar de Deus, de O invocar “depois de Auschwitz”” (Martín Velasco, 2004: 74-75), ou a diferença radical de escrever depois de Auschwitz, como nos refere Günter Grass (2008).

Mas, mais do que a dificuldade de pensar Deus, torna-se cada vez mais patente, que na segunda metade do século XX se tornou difícil pensar o homem. Depois do social-nazismo, a Europa que o viu nascer, fechou os olhos e avançou, rapidamente, na tentativa de os progressos científicos e sociais limitarem a possibilidade de fenómenos idênticos surgirem. *Pelo progresso: a justiça e o bem*, poderia ser a máxima. A globalização do sistema democrático ocidental, baseado no mercado, tenta a todo o custo – e veremos a médio prazo a que preço – nivelar os pressupostos de atuação *dos outros*, de maneira que o mal não se perpetue, pois, *os outros* começam já a ser a face desse mal, como outrora foram *os nossos* que o provocaram. A história, essa, fica muitas das vezes apagada.

Temos também de ter em conta a proximidade histórica de Auschwitz. Estamos em crer que, como sobre outras *ações* da humanidade, ou mesmo da natureza, a *questão de Auschwitz* encontrará a sua morada reflexiva para as gerações futuras. Muitos factos da mesma natureza, muito mais recentes, como o caso dos genocídios no Ruanda, no Sudão e em tantos outros lugares, mesmo aqueles que se passaram na Europa, mas que tratamos como se fossem *outros* – de uma maneira que nos deveria fazer refletir – adquiriram já esse estatuto de problema resolvido na consciência coletiva. Como outrora fizemos no caso do Terramoto de Lisboa fazemos com esses momentos: “quanto mais os terramotos fossem vistos como acontecimentos normais, mais fácil seria incorporá-los num mundo normal” (Neiman, 2005: 278). Assim encontramos muitas estratégias para tornar estes acontecimentos uma “banalidade”.

O campo de concentração Auschwitz adquiriu uma capacidade simbólica, sendo considerado como o maior exemplo do mal moral (Rees, 2005: 9-10), como Lisboa (o terramoto de Lisboa) tinha sido do mal natural (Neiman, 2005: 15). Auschwitz parece ser uma simbólica para significar toda a *inumanidade* da Segunda Grande Guerra Mundial. A própria utilização da palavra *inumanidade* demonstra que remetemos esta questão para fora do estatuto

de condição humana. Aceitamos que aquele mal é, de facto, exterior a essa mesma condição? Acabamos por dizer que “o que aconteceu nos campos da morte nazis foi de um mal tão absoluto, tão radical, que desafiou a capacidade humana de compreensão” (Neiman, 2005: 16). Ao contrário do que muitas vezes queremos admitir Hitler, e todos aqueles que participaram na *Shoah*, eram homens comuns. Tinham as mesmas qualidades e defeitos que nós. E mais do que a inumanidade, o que está ali expresso é uma faceta da humanidade que muitas vezes gostamos de não ver: “uma grande porção de mal no mundo é o resultado de ações de pessoas bem dentro do espectro das normais rotinas da vida social” (Morton, 2004: 4) e Auschwitz não escapa a essa regra¹.

Existem imensos exemplos de homens comuns: como Franz Stangl, que participa em tantos assassinios de judeus e as formas de justificação que ele levanta para si mesmo e para os que o rodeiam são também elas, banais (Kekes, 2005: 47-64); ou do autêntico quebra-cabeças do julgamento de Eichmman que nos ocupará mais à frente (Arendt, 2003):

o problema, no caso de Eichmann, era que havia muitos como ele, e que estes muitos não eram nem perversos nem sádicos, pois eram, e ainda são, terrivelmente normais, assustadoramente normais.
(Arendt, 2003: 355)

ou ainda de Hoess, o construtor de Auschwitz: “Rudolf Hoess não possuía nada de especial” (Rees, 2006: 28). Eles próprios se tinham nessa pouca conta. Diz-nos Hans Frank, governador-geral da Polónia durante a guerra: “tenho de admitir que sou tão insignificante e tão fácil de influenciar...” (cf.

¹ A porção que faltará aqui depende sobretudo de estruturas psicóticas, consideradas, portanto, como estruturas doentes e, algures no futuro, tratáveis. Mas na verdade, a maior parte dessas estruturas só são reconhecidas *depois* da *ação*, o que coloca o seu autor, outra vez, no centro da sociedade. Podemos ver isso em dois exemplos: 1. A capacidade dos *serial-killers* ou dos franco-atiradores adolescentes, nos E.U.A., por exemplo, escaparem à deteção e se misturarem na vida social normal; 2. Outro exemplo são os pedófilos, que mantêm uma vida social normal a par com a tentativa de realização sexual.

Goldensohn, 2006: 75)². Mesmo Hitler, esse “demónio de farda”, é considerado comumente pelos historiadores apenas como “um homem desagradável e muito pouco digno de nota [; ou ainda:] física e intelectualmente nada tinha de especial” (Welch, 2006: 10, 14).

Assim, toda a *Shoah* traz-nos dois tipos de problemas:

1. que circunstâncias permitem que homens normais, banais, cometam atos maus?;
2. que circunstâncias permitem que milhões de homens e mulheres adiram (pelo menos pela omissão de atos de coragem) a ideologias que têm na morte, na falta de liberdade, a sua matriz?

2. RELEMBRAR A HISTÓRIA: BREVES APONTAMENTOS

Pensar a Segunda Grande Guerra Mundial implica, abreviando argumentos, pensar em dois tipos de guerra. A primeira, a que podemos chamar de guerra tradicional, implica sobretudo a *soberania* do espaço. A Alemanha queria controlar todo o espaço europeu, tornar-se soberana de toda a Europa, e para isso teria de conquistar cada centímetro de espaço, quer pela força quer pela ameaça da força. Na história da humanidade este tipo de guerra é relativamente corrente. Implicava, no caso, sobretudo um esforço tecnológico e de produção de materiais de guerra, por um lado, e homens capazes de lutar por outro.

Mas, o que tornou esta Guerra uma guerra diferente é que havia um outro plano onde uma outra guerra se combatia. Mesmo do ponto de vista estratégico e de estruturas necessárias podemos verificar essa dupla vertente. Se, no plano da guerra tradicional, o necessário era criar armas cada vez mais fortes e posicioná-las nos limites do espaço conquistado, na tentativa de conquistar ainda mais espaço, no plano da “outra” guerra as necessidades

² Algumas destas afirmações, feitas já na prisão, servem sobretudo como tentativa de desresponsabilização pessoal do que aconteceu, diabolizando a personagem de Hitler como verdadeiro motor e único culpado.

eram outras e, na maior parte dos casos, eram bem dentro dos limites do espaço conquistado, ou mesmo do espaço alemão, que tal guerra se tornaria eficaz. Datas, lugares, personagens principais ativas³, legislação, tudo indica duas guerras que procuravam dois objetivos distintos: por um lado, um certo *imperialismo* alemão que queria o espaço; por outro, o que vulgarmente se chama *antisemitismo*, que pretendia (além da confiscação de bens – e por isso fortuna) a eliminação física de populações específicas (não só os judeus, como ciganos⁴, homossexuais, doentes mentais⁵, idosos terminais⁶, etc.).

³ Obviamente as personagens principais eram os da cúpula política do Nacional-Socialismo, mas as personagens que aplicavam na prática o que o poder político exigia eram diferentes. Lembramos o Almirante Karl Doenitz, que afirmou, até ao fim, que apenas conhecia o lado da “guerra tradicional”. Relembre-se que este foi o oficial nomeado sucessor de Hitler, e foi ele que negociou a rendição da Alemanha. Julgado em Nuremberga foi condenado a “apenas” 10 anos, sobretudo pelo facto de se ter recusado a salvar sobreviventes dos navios inimigos afundados. Ele próprio diz: “Tenho a consciência tranquila. Não participei em brutalidades, nem em atos criminosos. O facto de ter ajudado Hitler na prossecução de uma guerra pela minha pátria não me torna objeto das críticas que me acusam de o ter ajudado a aniquilar judeus. Não é de todo o caso” (Cf. Goldensohn, 2006: 50).

⁴ A perseguição aos ciganos foi menor em número, mas maior em simbolismo. Como sabemos, a estrutura de vida dos ciganos (*Rom*) é maioritariamente associal, nómada, e, portanto, dificilmente controlável pelos estados. Num estado totalitário, onde o controlo era a regra, os ciganos eram, claramente, uma ameaça. Assim foram perseguidos. Mas, não bastando isso, só foram considerados como vítimas do genocídio nazi muito mais tarde (em 1963, 14 anos depois do fim da guerra).

⁵ Logo em 1939 foi pedido a todos os hospitais e médicos uma lista de todos os doentes senis, loucos considerados perigosos ou de sangue não-germânico. A sorte destas pessoas era decidida por três assessores (Cf. Gilbert, 2009: 35). Logo após a conquista da Polónia Himmler foi informado que duas unidades Einsatzgruppen tinham matado cerca de 4000 doentes “incuráveis” dos hospitais psiquiátricos e 2000 da própria Alemanha (Cf. Gilbert, 2009: 58).

⁶ A 1 de setembro de 1939, Hitler delegou no seu médico particular (Karl Brandt) e no chefe da sua chancelaria, a “plena responsabilidade de conferirem poderes alargados a certos médicos para estes darem àqueles que são, por todos os critérios *humanos*, doentes incuráveis, uma morte misericordiosa, depois da mais *ponderada avaliação possível* do seu estado de saúde” (itálicos meus). Na verdade, aqui começa o programa *eutanásia* que levou à morte muitos milhares de pessoas. O uso deste decreto permitiu o assassinio em massa de milhões de pessoas que não atendiam ao pressuposto critério de saúde do ser humano, isto é, um judeu, por exemplo, poderia ser um doente incurável, visto que a reeducação, ao contrário do comunismo, não esteve no horizonte dos nacionais-fascistas. Conhecendo como a história se seguiu não deixa de ser irónica a formulação de Hitler das competências dos seus seguidores (cf. Gilbert, 2009:

É esta outra guerra, mais uma vez abreviando argumentos, chamemos-lhe *Shoah*, que marca definitivamente a Europa no século XX. Afinal, guerras entre estados, na Europa, sempre houve. É a prática de *genocídios* que marca claramente a diferença. E é isso que nos espanta: a história da *Shoah*

põe *radicalmente* em causa os valores em que fomos formados, as nossas certezas mais profundas: que através da cultura e da educação o homem se vai aperfeiçoando; que é tanto mais moral quanto mais instruído; que a ciência é uma escola de progresso, racionalidade e aperfeiçoamento.

(Mucznik, 2007: 12)

Foi precisamente um país industrializado, culto, *filosófico*, certamente arruinado por várias crises, desde logo a 1ª Guerra Mundial, mas, no essencial, dos países mais avançados na Europa: “como fora possível que, no século XX, a população da Alemanha, uma nação culta, no coração da Europa, tivesse alguma vez perpetrado tais crimes?” (Rees, 2005: 11).

O Partido Nazi nasceu e cresceu dessa antítese, por assim dizer, de grande avanço cultural e educacional, e uma crise económica pejada de várias crises políticas. Em 1920 já eram claras as estruturas racistas das suas políticas. No seu programa dizia-se:

apenas os membros da nação podem ser cidadãos do Estado. Apenas aqueles que têm sangue alemão, independentemente do seu credo, podem ser membros da nação. Neste âmbito, nenhum judeu pode ser membro da nação. (Lecomte, 2007: 55)

Esta noção de cidadania parcial foi brutalmente aplicada a partir de 1938, estabelecendo assim uma primeira fase daquilo que Arendt

23). Arendt refere o fiasco (diga-se que é muito relativo este fiasco) deste programa porque implicava a morte de alguns alemães, o que fazia com que pessoas protestassem (cf. Arendt, 2003: 170). Na verdade, a partir desses protestos “começou a ser posto em prática um plano para matar os judeus ao abrigo dos olhares das populações locais” (Gilbert, 2009: 334).

chama a lógica da dominação total, que analisaremos mais à frente. Convém sublinhar que esta eliminação da pessoa jurídica marginaliza *de jure e de facto* qualquer pessoa que esteja abrangida por ela, dividindo as pessoas que vivem num mesmo estado entre *cidadãos e não cidadãos*, designados no programa Nazi, ironicamente, de *convidados*. Como facilmente percebemos, a esfera do político só pode estar entregue às mãos dos cidadãos, os arianos puros. O espaço público, como na Grécia Antiga, seria vedado a todos os outros. Mas todos os outros seriam obrigados a obedecer à lei.

Assim, a partir da chegada ao poder do Partido Nazi, em 1933, começaram por surgir leis que retiravam, de facto, a personalidade jurídica aos judeus. Começou, em 1933, por se considerar a diferença ariano *vs.* judeus em lei e pela proibição de exercer funções públicas, encorajando-os a emigrarem. Em 1935, pela Lei da Proteção do Sangue e da Honra Alemã e a Lei da Cidadania do Reich, essa diferença foi ainda mais clarificada, aumentando a impossibilidade de ingressar nas forças armadas aos judeus, proibindo ainda o casamento e as relações sexuais entre arianos e qualquer não ariano. Em 1936 os empresários podiam já despedir todos os funcionários que tivessem características raciais judaicas. Em 1938 os judeus deixaram de poder fornecer serviços comerciais, todas as empresas judaicas foram “arianizadas” (compradas por arianos a preços irrisórios), e foram obrigados a adotar um primeiro nome igual para todos: Israel e Sara. Em 1941 podia-se já requisitar os judeus para trabalhos forçados, trabalhos esses que lhes era proibido recusar. Em 1942, em plena execução do extermínio, negavam-se já determinados produtos racionados aos judeus.

Ao mesmo tempo, o Reich procurava uma solução para o chamado “problema judeu”. Se a primeira ideia, a deportação forçada para um espaço externo, Madagáscar, por exemplo, ou mesmo para a Palestina, se provou demasiado cara e irrealizável, rapidamente começaram a surgir alternativas: começaram a construir-se *guetos* onde todos os judeus eram “colocados” e aí viviam sem poder, a mais das vezes, sair. Por exemplo em Varsóvia, onde ainda houve alguma resistência armada, mas que de nada valeu.

Outra das alternativas eram, no espaço conquistado, os chamados *Einsatzgruppen*⁷, que tinham como única missão aniquilar os vários grupos dos indesejáveis. Este sistema causava grandes problemas aos alemães. Desde logo os soldados destes grupos tinham grandes dificuldades em lidar com o assassinio em série. Relembremos como atuavam: à medida que o exército normal avançava, estas unidades reuniam os judeus e os indesejados, levavam-nos para um campo onde os mesmos prisioneiros abriam valas onde se alinhavam e eram metralhados, caindo nas valas que eles mesmo abriram. Muitos deles não estavam mortos, apenas feridos. A vala era fechada com corpos vivos e mortos⁸. Numa dessas operações, em Kovno, foram mortos cerca de 9000 judeus, sendo que mais de 4000 eram crianças.

Este processo, além dos problemas que levantava aos soldados, permitia também que as populações se apercebessem do que se passava, havendo até algumas “reclamações” registadas no governo central (levantando o mesmo problema que o programa *Eutanásia*). No caso de Kovno, acima referido, uma jovem católica contou ao Cardeal Bertram, relatando com exatidão os métodos usados:

Os judeus foram obrigados a despir-se – deviam estar uns dezoito graus abaixo de zero – e depois a meter-se em “sepulturas” previamente abertas por prisioneiros de guerra russos. Foram depois abatidos a rajadas de metralhadora; a seguir os alemães lançaram granadas para dentro das valas. Sem sequer verificarem se todos estavam mortos, os homens da Força Especial mandaram tapar as valas. (Gilbert, 2009: 334)

Noutra situação é bastante evidente o problema que se levantava aos alemães:

⁷ Ao contrário do que se poderia pensar estes soldados não eram particularmente agressivos. Christopher Browning, num livro sobre um batalhão na Polónia, singularmente intitulado *Ordinary Men*, diz mesmo dessa normalidade psicológica dos nazis que tinham de matar: “se os homens do batalhão puderam tornar-se assassinos naquelas circunstâncias, que grupo de homens não se tornaria?” (Browning, 2005).

⁸ Durante toda a guerra este procedimento era o mais utilizado. Só mais tarde começaram a ser cremados os corpos, sobretudo pela necessidade de não deixar provas dos assassinios.

Enterrar vivas pessoas gravemente feridas, que em seguida *acabam por conseguir sair das sepulturas*, é um acto de tal bestialidade que este incidente deve ser imediatamente comunicado ao Führer e ao marechal do Reich. (Gilbert, 2009: 335)⁹

A partir de 1941 começa a entrar em funcionamento a denominada *Solução Final*, que, numa primeira fase, implicava apenas o gaseamento por monóxido de carbono dos judeus, que não era 100% eficaz¹⁰. De facto, muitos sobreviviam ao gaseamento. Havia ainda o problema de demorar muito tempo.

Numa fase posterior, começaram a criar-se, nos campos de concentração até aí estabelecidos, grandes fábricas de gaseamento com ácido prússico denominado *Zyklon-B*, que permitia matar mais rapidamente e em maior número. É nesta altura que são criados os crematórios para que pudessem desaparecer mais facilmente os corpos.

Mesmo quando já era claro que a Alemanha perderia a guerra, os nazis obrigavam os prisioneiros a longas e penosas marchas, as chamadas *Marchas da morte*. Aqueles que não morriam de cansaço, morriam das condições atmosféricas adversas, sublinhadas pela subnutrição.

3. A FORÇA DOS HOMENS PEQUENOS: HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA

A história de Franz Stangl não é diferente de muitas outras. Poderíamos ter utilizado um dos nomes mais reconhecíveis por todos: Goering¹¹, Hess¹² ou

⁹ Sublinhados nossos.

¹⁰ De facto, este processo começou a ser utilizado já em 1939, sobretudo para o programa *Eutanásia*.

¹¹ Goldensohn, durante os Julgamentos de Nuremberga, refere-se a ele nestes termos: “Goering [...] é infantil nas suas atitudes e está sempre a representar para o público” (Goldensohn, 2006: 153).

¹² Com uma personalidade histórica, acabou a sua vida preso e entregue a ilusões paranoicas, apatia e amnésia. (cf. Davidson, 1997: 109 ss).

Speer¹³ são exemplos de como homens comuns foram elementos daquilo que consideramos o mal. Fica-nos sempre a dúvida: se as circunstâncias fossem diferentes o que fariam estes homens? Stangl foi apenas mais um *funcionário* do nazismo. Comandante do campo de concentração de Treblinka, escapou, como tantos outros, através da Síria para a América do Sul, especificamente para o Brasil. Em 1968 foi extraditado para a República Federal Alemã e aí julgado em 1970.

O “grande” feito de Stangl enquanto comandante de Treblinka foi “organizar o extermínio e fazer com que tudo se processasse de maneira eficiente” (Kekes, 2005: 49). Com o decorrer da guerra o regime necessitava dar vazão aos milhares de judeus e outros que queria neutralizar. Por isso um campo de concentração bem organizado era *absolutamente necessário*. *Produtividade* era a palavra de ordem. Stangl, como outros, continuava a fazer uma vida absolutamente normal. O seu trabalho podia ser de gerente de uma fábrica ou enviar pessoas para a morte por gás. Era igual. Seria?

Quando foi “convidado” e promovido para este novo posto escondeu-o da mulher. Mesmo quando esta descobre, ele convence-a que só tem trabalho administrativo. Apesar de tudo Stangl tenta salvaguardar a família daquele horror, o que revela uma consciência aguda da *diferença* do seu trabalho¹⁴.

A sua justificação será sempre a mesma: “Era uma questão de sobrevivência – sempre de sobrevivência” (Kekes, 2005: 54). Mas perfeitamente consciente do que fazia. Tanto que teve dúvidas em aceitar o cargo, dirá

¹³ Soube-se através da divulgação de uma carta pessoal, há pouco tempo, que ao contrário do que sempre afirmara, este arquiteto do regime sabia das execuções em massa dos judeus.

¹⁴ Hoess afirmará que durante o tempo que viveu em Auschwitz teve um casamento feliz. Mas é de notar que manteve a sua família não no campo, mas na cidade onde o que acontecia no campo de concentração não chegava. Relata ainda que quando a mulher começou a entender alguma coisa não acreditava: “eu próprio não lhe dizia nada quando ela *me* fazia perguntas” (cf. Goldensohn, 2006: 383). Um comentário de um cargo superior é que a fez mudar de opinião já em 1942. A reação foi de perturbação. Mas apenas levou a comentários frequentes de que Hoess deveria aceitar outro cargo. *Aqui* interessa-nos, no entanto, salientar a consciência diferencial do que era o seu trabalho e como não era tratado como elemento a trazer para a família.

mais tarde. A sua ambição e a incapacidade de assumir a rutura, com medo, falaram mais alto: “dado o seu carácter – a sua ambição e a falta de força moral – ele não tinha opção” (Kekes, 2005: 57).

Como uma pessoa poderia conviver então com o assassinio diário de centenas de pessoas? “A resposta é que ele erigiu um escudo protetor entre as suas ações e ele mesmo” (Kekes, 2005: 61). Ele mesmo afirma: “Eu raramente os via como indivíduos. Eram sempre uma enorme massa” (Kekes, 2005: 61). O esquema é bastante simples:

negar a humanidade das suas vítimas; dessensibilizando-se a si próprio do horror vendo-o apenas como mera rotina; e inventando outras tarefas nas quais a sua atenção se pode focar.

(Kekes, 2005: 62)

Hoess, outro comandante de campo de concentração – Auschwitz – é responsável, segundo as suas próprias contas, pela morte de 2,5 milhões de judeus, sejam homens, mulheres e crianças.

A sua resposta à responsabilidade dos seus crimes sempre foi: “Eu recebi ordens directamente de Himmler. [...] Quando Himmler nos dizia alguma coisa, parecia tão correcto e natural que nos limitávamos a obedecer cegamente” (Goldensohn, 2006: 370). Podemos refletir melhor a partir de um exemplo diferente: a *guerra suja na Argentina*. Por alto tratou-se de uma série bastante extensa de assassinios, torturas, prisões sob motivos falsos durante o período da ditadura militar. Foram tão abjetas as atitudes dos militares que cumpriam ordens que se levanta a questão se a obediência a uma lei, a uma ordem, pode justificar o mal. Ter a tentação de considerar que a obediência à lei é fundamental deixa sempre a pergunta: mesmo que as consequências sejam o mal, essa obediência é um *bem*? Há casos em que o estado, deus, religiões, grupos, pedem às pessoas a obediência a leis iníquas, pedem às pessoas *atos violentos, agressivos até consigo mesmo*. Subordina-se a vontade pessoal à vontade deles?

Hoess dirá *a posteriori* ter noção de não ter sido correto (Goldensohn, 2006: 370). No entanto, era ele quem supervisionava muitas vezes o “trabalho” da morte. Diz ele: “uma pessoa ficava dura ao executar aquelas ordens”

(Goldensohn, 2006: 372). Aliás, essa vai ser a sua tónica, aquando dos julgamentos de Nuremberga:

“por ordem de...”, “Himmler ordenou-me...”, “Fritz Bracht ordenou-me”, “Em seguida, ordenaram-me...”, “quase lhe consigo repetir as palavras exatas de Himmler [...]: O *führer* ordenou a solução final do problema judaico. Somos nós, da SS, que temos de executar os planos”.
(cf. Goldensohn, 2006: 369-392)

Assim, paulatinamente, ordem a ordem, Hoess preparou o campo de concentração de Auschwitz para matar em massa os judeus para ali trazidos pelo sistema ferroviário que Eichmann criara para o efeito¹⁵. Em dias “bons” Auschwitz conseguiu cremar entre mil e setecentas a mil e oitocentas pessoas, sendo que, como era mais fácil exterminar do que cremar, havia sempre cadáveres por tratar.

Confrontado com o facto de ter morto crianças da mesma idade dos filhos, conclui Hoess: “Se não me tivessem dado ordens directas e razões para essas mesmas ordens, eu não as teria conseguido realizar por iniciativa própria” (cf. Goldensohn, 2006: 384).

Também Joseph Mengele atingiu um triste título simbólico. Mas na verdade, Mengele, apenas é uma roda de uma teoria científica que se desenvolveu na primeira metade do século XX, e só pelos crimes protagonizados por ele e outros médicos se tornou, ela própria, um crime. Não é de espantar, no entanto, que, mesmo depois da Segunda Guerra, encontremos nos cientistas ocidentais algumas práticas que só podemos relacionar com aqueles crimes. Ainda em 1945 a revista *Life* desenvolve uma investigação sobre a utilização de prisioneiros comuns, como cobaias para investigações sobre a cura da malária, em território norte-americano, com a peculiaridade de parecer aos olhos da população uma coisa boa. Diz o título da

¹⁵ Nos ofícios não se usará a denominação “deportação para o Leste”, mas apenas “pessoas que emigraram para outro lado” (Gilbert, 2009: 435).

reportagem: *Convicts expose themselves to disease so doctors can study it*. Até parece um ato altruísta.

Josef Mengele, conhecido pelo epíteto *Anjo da Morte*, foi, entre outras coisas, médico de campo de Auschwitz. Mais uma vez não era nenhum homem especial, nem era um reconhecido cientista alemão. No entanto, tinha ambições científicas e perfilhava a ideia de um arianismo puro e científico;

impelido pelo desejo de avançar na sua carreira graças à publicação de trabalhos científicos, o Dr. Mengele começou a realizar experiências médicas em judeus que procurava nos barracões do campo e levava para o seu bloco hospitalar. Em muitos casos, num total de vários milhares para um ano e meio de atividade, Mengele servia-se do tratamento médico como pretexto para matar prisioneiros, injetando-os por suas próprias mãos com fenol, petróleo, clorofórmio ou ar, ou ordenando às suas ordenanças SS que o fizessem.

(Gilbert, 2009: 562)

Por isso aproveitou a “matéria-prima” que o campo de concentração lhe dava para fazer as suas próprias experiências, ainda que algumas tivessem ligações com, por exemplo, o Professor Verschuer do Instituto Kaiser Wilhelm. A morte de judeus e outras populações minoritárias era encarada como útil para fins “científicos”. Muitos foram os cientistas que assim pensaram. Atentemos a Auguste Hirt, antropólogo:

Mediante o exame dos crânios de comissários judeo-bolcheviques, que representam o protótipo, repulsivo mas característico, do indivíduo sub-humano, teremos oportunidade de obter dados científicos palpáveis. O melhor método, em termos práticos, consiste em capturar vivos todos esses indivíduos. A seguir à morte induzida do judeu, a cabeça, que não deverá ser danificada, deve ser separada do corpo e expedida numa lata hermeticamente selada, cheia de um líquido conservante.

(Gilbert, 2009: 392)

ou mesmo Hallervorder que recebeu 697 cérebros de judeus, dizendo: “havia material maravilhoso naqueles cérebros: belos casos de atraso mental, de malformações e de doenças infantis precoces” (Gilbert, 2009: 661).

Grande parte dessas experiências eram realizadas em crianças ou gêmeos. Como todos em Auschwitz, as crianças eram tratadas como números. Joseff Kleinman, um dos sobreviventes, refere mesmo que se esqueceu do seu nome, tão tenra era a sua idade. Mas esquecer-se do nome não era a maior tragédia possível em Auschwitz às mãos de Mengele. As gêmeas Lea Huber e Judith Barnea, que tinham 6 anos aquando de Auschwitz, referem “ele usou-nos, como se não fôssemos humanos, como se fôssemos ratos, nós éramos os seus “ratos de laboratório”. Nesse sentido, “rapidamente aprendemos a agradar-lhe”, diz-nos Zerah Taub. “Vivíamos aterrorizados. Qualquer um que não o agradasse desaparecia”.

Da longa lista de experiências feitas por Mengele constam a amputação sem anestesia, a esterilização sem motivo, a recolha de sangue em grandes quantidades, transfusões de sangue entre gêmeos, injeções de substâncias químicas sem saber que reações provocariam, dissecação de cadáveres mandados matar especialmente para essa finalidade, manter crianças sem comida para saber quanto tempo uma criança poderia sobreviver sem comida, etc. Muito do que hoje se sabe das suas experiências deve-se ao minucioso diário onde anotava todos os seus “avanços”. Uma das atuações mais sórdidas de Mengele foi a maneira como lidou com uma epidemia de tifo que a certa altura apareceu numa parte do acampamento: simplesmente mandou matar 600 mulheres infetadas, resolvendo assim o problema. Pelo sucesso da solução encontrada foi louvado pelos seus superiores: “o tifo não era uma doença que devesse ser tratada, mas um motivo de extermínio” (Gilbert, 2009: 563).

Mengele não achava que tivesse feito algo de errado. Era apenas um médico. Era apenas um médico a fazer coisas para o bem da raça humana.

4. CUMPRIA O MEU DEVER: EICHMANN

A história de Eichmann é sobejamente conhecida. Pequeno burocrata na sórdida teia nazi, fugido da Alemanha para a Argentina depois da guerra, teve

uma vida perfeitamente banal no pós-guerra até ser capturado pela *Mossad* e julgado em Jerusalém, sendo posteriormente executado.

Mas qual é a sua história? Adolf Otto Eichmann nasceu em 1906 em Solingen, pequena cidade alemã, mas passará parte da vida em Linz, na Áustria, para onde o pai (a mãe morre em 1914), cristão luterano, emigra e onde combaterá com o exército Austro-Húngaro. Eichmann não teve muito sucesso escolar: não se licenciou, aprendeu para ser mecânico, mas nem esta preparação prática acabou, e, finalmente, começou a trabalhar primeiro numa empresa do pai, e, de seguida, como simples vendedor.

Adere ao partido Nazi austríaco em 1932, nomeadamente ao braço austríaco do NSDAP e das SS, muda-se para a Alemanha em 1933, quando os Nazis ganham as eleições, e concorre para o serviço ativo das SS. Nesse mesmo ano é já líder de um esquadrão. Farto das agruras “militares” pede transferência para os serviços de segurança, onde começará uma carreira como “especialista” em judeus e no problema judaico. Em 1937, na sequência do projeto de criação de um estado judaico para onde todos os judeus europeus seriam enviados, visita a Palestina mas sem sucesso.

Três anos mais tarde, ainda pensando nesta solução, Eichmann será encarregue do Projeto Madagáscar: envio dos judeus para Madagáscar e seu confinamento na ilha. Os acontecimentos na guerra “real” fazem com que este projeto nunca saia do papel. Na verdade, os custos seriam astronómicos e o projeto teria de ser financiado pelos próprios judeus.

É em 1941 que se desenha a *Solução Final*: “a morte era a “Solução Final”” (Gilbert, 2009: 384). De facto, os problemas na frente russa¹⁶ aceleraram a necessidade de resolver o “problema judeu”. Goering nomeia Heydrich e o seu Gabinete para a Emigração Judaica para resolver esse problema. No ano seguinte começam a ser experimentadas as “carrinhas de gás”¹⁷ que atrás referimos, processo a que Eichmann assiste e aprova:

¹⁶ A Alemanha ataca a Rússia em junho de 1941.

¹⁷ Gilbert descreve: “Foi levada a cabo uma experiência de gaseamento na pequena cidade de Kalisz, na Polónia Ocidental, durante quatro dias, a partir de 27 de Outubro; ao todo, 290

Adolf Eichmann [...] aprovou uma proposta apresentada na semana anterior por Heirich Lohse e segundo a qual os judeus que vinham a ser deportados para Riga de Berlim, Viena e outras cidades do Reich, incluindo o Luxemburgo, deveriam ser mortos por gaseamento no interior de camiões. (Gilbert, 2009: 333)

Como de costume, no universo legalista do nacional-socialismo “a decisão de exterminar desta forma os judeus foi redigida [...] pelo juiz Alfred Wetzels” (Gilbert, 2009: 333), dando-lhe um carácter legal.

É para preparar esta *Solução Final* que se dá a tristemente célebre reunião de Wannsee, em que Eichmann participa ativamente. Esta reunião tinha por base “debater a necessidade de apanhar o maior número possível de judeus da Europa na rede da deportação e do extermínio” (Gilbert, 2009: 383). O objetivo geral era *fazer desaparecer* todos os judeus da europa (calculava-se, na altura, onze milhões). Para isso, dentro do espaço controlado pelo Reich, tudo devia ser passado “a pente fino”. “O judeu tem de desaparecer da Europa” dirá Hitler aos seus mais próximos (Gilbert, 2009: 385). O importante era a rapidez e a eficiência do processo. A partir daqui todos os que chegam são mortos: “homens e rapazes, mulheres e raparigas, crianças, velhos, doentes e sãos” (Gilbert, 2009: 383).

Ora será precisamente Eichmann o incumbido para dar cumprimento às decisões da conferência, o que Eichmann achará natural e cumprirá com mérito: receberá várias medalhas por realizar a deportação de judeus para os campos de concentração, ou, nesta altura melhor ditos, campos de morte. Eichmann também utilizará os judeus como mão de

judeus foram retirados de um lar para idosos e metidos em carrinhas fechadas, sob pretexto de transferência para um lar idêntico numa outra cidade. O tubo de escape tinha sido ligado ao interior da carrinha. Enquanto esta se afastava, lenta e cuidadosamente, de Kalisz, em direcção a um bosque nas imediações da cidade, todos os seus ocupantes morriam asfixiados. Quando terminou a última viagem, os 290 judeus estavam todos mortos, e *foi apresentada à comunidade judaica de Kalisz a factura do custo de transporte*” (itálicos nossos) (Gilbert, 2009: 334).

obra escrava para poder realizar o seu trabalho mais rápido. Dirá mais tarde Hoess de Eichmann:

Eichmann é um homem muito activo e aventureiro. Achou que esta acção contra os judeus era necessária e estava completamente convencido da sua necessidade e justeza, tal como eu.

(cf. Goldensohn, 2006: 382)

Ao longo dos restantes anos até ao final da guerra Eichmann oleará a máquina de deportação e ganhará cada vez mais poder no Reich. Utilizará muitas vezes a chantagem com os judeus, sobretudo na tentativa cada vez mais desesperada de arranjar dinheiro para um Reich cada vez mais debilitado.

Em 1944 tudo se precipita. Os Aliados chegam à Alemanha, levando ao suicídio de Hitler, e à fuga de muitos oficiais nazis, como Eichmann. Este ainda consegue ir à Áustria onde estava a família. Disfarçado de soldado da Luftwaffe é capturado pelos americanos, mas consegue fugir. Mais tarde, é capturado uma segunda vez, e como da primeira, dá um nome de um soldado de patente inferior.

Já depois da guerra, ainda preso sob identidade falsa, nos julgamentos de Nuremberga, Eichmann é considerado o homem encarregado de todo o extermínio. Foge em janeiro de 1946 e esconde-se na Alemanha durante 4 anos. Em 1950, a Odessa (organização de ajuda à fuga de oficiais das SS) consegue passar Eichmann para a Itália e depois para a Argentina onde chega em julho de 1950. A família reunir-se-á a ele em 1952, quando já começava uma nova e simples vida de trabalhador, de vendedor, afinal, a vida que tinha antes do nazismo. Foi capturado na Argentina, em 1960, e levado a julgamento em Israel, levantando muita polémica.

A sua linha de defesa foi aquela usada por quase todos: apenas se tinha limitado a cumprir ordens. Nada mais. Chega mesmo a referir:

Não tive nada a ver com o extermínio dos judeus. Nunca matei um judeu, nem, aliás, um não-judeu – nunca matei um ser humano. Nunca ordenei

que se matasse um judeu ou um não-judeu [...] Aconteceu de tal forma...
que nunca precisei de o fazer.
(cf. Arendt, 2003: 76).

5. AS CONSEQUÊNCIAS FILOSÓFICAS: HANNAH ARENDT

Ao contrário do que seria de esperar, a temática do mal não foi especialmente tratada por Arendt. Mas isso não quer dizer que não seja, de facto, o problema que se encontra como pano de fundo nos seus escritos. Podemos dizer que se procura, antes de mais, as condições de possibilidade para que o mal, um *mal tão radical* como o que Auschwitz simboliza, aconteça. Ela própria reconhecerá isso mesmo: “o problema do mal será a questão fundamental da vida intelectual do pós-guerra na Europa” (Arendt, 1994: 134).

Numa Europa assolada pela *barbárie* como não pensar no mal? Como não pensar – o que para Arendt era terrivelmente real – não só no que os “inimigos” fizeram, mas, e sobretudo, no que os amigos fizeram. Numa carta a Jaspers, seu mestre e amigo, dirá: “o mal provou ser mais radical do que o esperado” (Arendt, 1992: 166).

São os totalitarismos e a sua longa e brilhante análise à sua formação, que nos permitem uma primeira entrada no tema, sobretudo pela sua análise sobre o horror dos campos de concentração de estruturas ideológicas diferentes: *Auschwitz* e os *Gulag* são os símbolos de uma *dominação do homem* pelo homem, da criação de um homem supérfluo, onde é eliminada a espontaneidade do homem.

Este homem dispensável, descartável, é afinal um sucedâneo da 1ª Grande Guerra Mundial, onde se criaram milhões de *sem-abrigo* ou, pior, *de sem-país* (apátridas não por opção, mas pelas consequências políticas da guerra), em que a igualdade de direitos nem sequer se punha, pois, nenhuma lei se podia dirigir a eles (Arendt, 2006: 357ss). Por isso Arendt insistirá no *direito a ter direitos*, o direito a ter uma comunidade que nos proteja, que proteja os nossos direitos, nomeadamente das tendências totalitárias (que sobrevivem aos totalitarismos).

Nessas tendências totalitárias Arendt reconhece três etapas para “criar” esse homem dispensável, tendências essas que levam à dominação total. Em

primeiro lugar é a morte da pessoa jurídica: “o primeiro passo essencial no caminho do domínio total é matar a pessoa jurídica do homem” (Arendt, 2006: 592). Nesse sentido, e por um lado, relembramos as leis, que referimos atrás, que retiravam a cidadania aos judeus e a outros grupos não arianos, tornando-os, por assim dizer, fora da lei. Por outro, os campos de concentração eram o caminho a seguir: os fora da lei teriam também de viver fora do estado (ou o mais parecido a isso).

O segundo passo, segundo Arendt, “é matar a pessoa moral do Homem” (Arendt, 2006: 598), isto é, nos campos de concentração, todas as formas de solidariedade humana eram castigadas pelos soldados das SS.

As alternativas são *impossíveis*. Diz-nos Arendt:

Ante a alternativa de trair e assim matar os seus amigos, de mandar para a morte a mulher e os filhos, pelos quais é em todos os sentidos responsável, quando até mesmo o suicídio significaria a matança imediata da sua família – como deve um homem decidir? A alternativa já não é entre o bem e o mal, mas entre matar e matar. Quem poderia resolver o dilema moral daquela mãe grega, a quem os nazis *permitiram* escolher um dos seus três filhos para ser morto?
(Arendt, 2006: 599)

Nenhuma resposta é possível perante tamanho dilema. A própria pergunta delimita que todas as respostas são erradas (existencialmente erradas).

O terceiro passo, diz Arendt, é a eliminação da individualidade, isto é, qualquer vestígio da liberdade humana e da solidariedade, e aqui atinge-se a noção de mal *radical*, isto é, o mal absoluto:

Depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida. É possível que se descubram leis da psicologia de massas que expliquem por que milhões de seres humanos se deixaram levar, sem resistência, às câmaras de gás, embora essas leis nada venham a explicar senão a destruição da individualidade.
(Arendt, 2006: 602)

Ora, é precisamente este passo que podemos ligar à sua grande obra filosófica, *A condição humana*, quando fala da natalidade, isto é, a capacidade humana de começar algo de novo, algo de imprevisível e que está associada em Arendt à espontaneidade e é a fonte da liberdade humana. Ainda em *As Origens do Totalitarismo* diz-nos:

Mas permanece também a verdade de que todo o fim na História constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de se tornar evento histórico, é a suprema capacidade do Homem; politicamente, equivale à liberdade do Homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Santo Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós.
(Arendt, 2006: 634)

Assim, é na rede conceptual que inclui a espontaneidade, individualidade, liberdade e pluralidade, que a ação do homem se caracteriza. Em certa medida podemos então dizer que os passos para a superfluidade dos homens são, de facto, os passos para que esses homens deixem de ser humanos:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são.
(Arendt, 2006: 580)

Os nazis alemães acreditavam por isso na possibilidade da destruição da pluralidade, da redução do indivíduo a reações intermutáveis com outras reações, aleatoriamente.

Ser humano não é assim uma natureza que resulte da pura biologia, outrossim se a ação e a vida se configurarem, no mundo, enquanto ações e vidas humanas:

Mas o homem no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos.

(Arendt, 2001: 15)

Assim, nesta lógica do totalitarismo, vê Arendt a lógica do *mal radical*, isto é, a transformação dos indivíduos em *menos-que-homens*. Perceber o mal em Arendt é iniciar uma reflexão sobre o humano, o propriamente humano, a condição *frágil* do humano face às possibilidades da dominação total que no século XX o homem experienciou. Por isso, Arendt critica fortemente todas as tentativas de “mitologização” de Hitler e do nazismo, isto é, o horrível dos totalitarismos não pode ser explicado com base no *demoníaco* (Hitler como um demónio, como se tivesse uma capacidade ontológica diferente) mas sim com base nos movimentos e estruturas que permitiram que *esse* mal acontecesse. Diz Arendt a Jaspers:

temos de combater todos os impulsos de mitologizar o horrível, e se eu não conseguir evitar essas formulações não terei percebido o que aconteceu. Talvez o que por detrás de tudo é que seres humanos individuais não mataram outros seres humanos por razões humanas, mas que organizaram uma tentativa de erradicar o conceito de ser humano¹⁸.

(Arendt, 1992: 69)

Egoísmo, luxúria pelo poder, avareza, sadismo, antissemitismo, todos esses elementos estão nos crimes nazis, mas por si só não parecem explicar tudo o que aconteceu. Mesmo o ressentimento social, que seguramente alguns nazis sentiam, não era suficiente para explicar tudo.

Atrás da cega bestialidade das SA, havia muitas vezes um profundo ódio e ressentimento contra os que eram social, intelectual ou fisicamente me-

¹⁸ *Human being*, no original.

lhores que eles e que estavam agora à sua mercê como numa realização dos seus mais loucos sonhos.

(Arendt, 2006: 601)

Nada disto explica tudo sobretudo porque são características da história humana, com uma longuíssima história de consequências.

A alteração será então de grau?

A antiga e espontânea bestialidade deu lugar a uma absolutamente fria e sistemática destruição de corpos humanos, calculada para destruir a dignidade humana: a morte foi evitada e adiada indefinidamente. Os campos não eram já parques de diversões para bestas em forma humana, isto é, para homem que mereciam estar em hospícios ou prisões: o contrário tornou-se verdadeiro: eles tornaram-se em “pântanos” onde homens perfeitamente normais eram treinados para ser desenvolvidos em membros das SS.

(cf. Bernstein, 2005: 216)

Isto implicava não só um serviço militar tradicional mas também assassinar inocentes, homens, mulheres e crianças indistintamente.

Em *Eichmann em Jerusalém* Arendt propõe uma nova reflexão sobre este *mal*, dizendo-o agora não radical mas banal. Dirá que mudou de pensamento (ainda que possamos perceber que as reflexões não são contrárias, antes poderão ser consideradas complementares, ou pelo menos não contraditórias). Assim dirá a um amigo, Gershom Scholem:

Tens razão: eu alterei o meu pensamento e não falo já de “mal radical”. [E acrescenta] É [um mal] que desafia o pensamento porque apesar de tentar encontrar alguma profundidade, ir à raiz, e ao momento que diz respeito ao mal, e é frustrante porque não há nada. Isso é a “banalidade”.

(Arendt, 2000: 396)

Sem nos podermos alongar muito, tanto quanto esta tese de Arendt mereceria, pelas dificuldades que contém, mas também pela fecundidade

que pode ser o conceito de banalidade do mal para pensarmos o mundo presente, diremos que o que Arendt procura explicar, através de Eichmann, é como pessoas absolutamente normais, que em condições normais seriam ou banais, ou mesmo respeitáveis, naquelas circunstâncias se tornaram homens monstruosos. Isto é, não se trata de explicar o comportamento de homens sociopatas ou psicopatas, nem tão-pouco dos nazis extremos, mas sim, daqueles milhares de pessoas que nada tinham de especial ou doentio, que, antes e depois da guerra, levavam vidas normais, quer dizer, “como nós”.

Neste sentido, há que questionar aquilo a que se pode chamar *assassinos de secretaria*, ou burocratas. O que, de facto, é de uma banalidade extrema. Dirá a Jaspers:

Parece-me que temos de ver as coisas na sua total banalidade, na sua prosaica trivialidade, porque de facto é o que as caracterizam. As bactérias podem causar epidemias que podem varrer nações, mas permanecem apenas bactérias.

(Arendt, 1992: 62)

O mal está na superfície, assim como as epidemias, mas, na profundidade apenas vemos a trivialidade do jogo *burocrático*, vemos personagens banais, vivendo vidas banais, e, no entanto, a cometer atos monstruosos. A motivação dos crimes? Nenhuma má intenção. De facto, face a Eichmann, Arendt percebe com relativa clareza que ele não tinha nenhuma razão para o fazer: “se aquilo tinha de acontecer, argumentava [Eichmann], era melhor que acontecesse em boa ordem” (Arendt, 2003: 258). Isto é, Eichmann era inteligente o suficiente para manter as deportações e as mortes a operar, como seria para manter uma linha de montagem de uma fábrica. No entanto, nada, a não ser essa burocracia, o impelia a cometer tamanhos crimes¹⁹.

Assim, Arendt definirá a *banalidade do mal* como

¹⁹ Esta tese é recusada por Goldhagen (2011) com base no que Eichmann dizia antes da guerra acabar, isto é, as suas afirmações antissemitas e a sua vontade de acabar com os judeus.

o fenómeno de ações más, cometidas numa escala gigantesca, que não podem ser rasteadas a nenhuma estranha patologia ou convicção ideológica do agente do mal, que só tinha como particularidade, talvez, o seu extraordinário vazio. Apesar de monstruosas as suas ações, o agente do mal não é nem monstruoso nem demoníaco, e a sua única característica específica só pode ser detectada no seu comportamento no julgamento [...]: não uma estúpida mas uma curiosa, verdadeiramente autêntica, inabilidade para pensar. (Bernstein, 2005: 219)

É esta incapacidade para pensar que é a banalidade do mal. Aliás, Arendt perseguirá o mesmo problema na sua obra posterior, *A vida do espírito*, que deixará por finalizar.

Assim, os totalitarismos, e Eichmann em particular, mostraram o quão facilmente alguns hábitos, costumes e regras modificam o comportamento das pessoas. A banalidade do mal, assim, refere-se a um tipo de racionalidade a que podemos chamar instrumental. Homens banais em tempos extraordinários poderão fazer da morte uma burocracia. Homens banais, em tempos de *não pensamento* serão responsáveis por milhões de mortos. Homens banais, *como nós...*

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, Hannah (1994). *Essays in understanding*. New York: Harcourt.
- (2000). *The Portable Hannah Arendt*. New York: Penguin.
- (2001). *A condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água.
- (2003). *Eichmann em Jerusalém*. Coimbra: Tenácitas.
- (2006). *As origens do totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- ; Jaspers, Karl (1992). *Correspondence 1926-1969*. New York: Harcourt.
- Bernstein, Richard J. (2005). *Radical evil: a philosophical interrogation*. Cambridge: Polity.
- Browning, Christopher (2005). *Ordinary Men*. New York: Penguin.
- Davidson, Eugene (1997). *The trial of the germans*. Columbia: University of Missouri Press.
- Gilbert, Martin (2009). *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Dom Quixote.
- Goldensohn, Leon (2006). *Entrevistas de Nuremberga*. Lisboa: Tinta-da-China.

- Goldhagen, Daniel Jonah (2011). *A pior das guerras: genocídio, extermínio e violência no século XX*. Lisboa: Casa das Letras.
- Grass, Günter (2008). *Escrever depois de Auschwitz*. Lisboa: Dom Quixote.
- Grosseman, Vassily (2007). *Um escritor na guerra*. Lisboa: Edições 70.
- Jonas, Hans (1994). *Le concept de Dieu après Auschwitz*. Paris: Payot & Rivages.
- Kekes, John (2005). *The roots of evil*. Ithaca: Cornell University Press.
- Lecomte, Jean-Michel (2007). *Ensinar o holocausto no século XXI*. Lisboa: Via Occidentalis.
- Martín Velasco, Juan (2004). *Metamorfose do sagrado e futuro do cristianismo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Morton, Adam (2004). *On evil*. New York: Routledge.
- Mucznik, Esther (2007). Prefácio à edição portuguesa. In Jean-Michel Lecomte, *Ensinar o holocausto no século XXI*. Lisboa: Via Occidentalis.
- Neiman, Susan (2005). *O mal no pensamento moderno: uma história alternativa da filosofia*. Lisboa: Gradiva.
- Rees, Laurence (2005). *Auschwitz: os nazis e a “solução final”*. Lisboa: Dom Quixote.
- Vasseur, Nadine (2008). *Eu não lhe disse que estava a escrever este livro*. Colares: Pedra da Lua.
- Welch, David (2006). *Hitler: perfil de um ditador*. Lisboa: Edições 70.

